

Para Funaro, extensão da medida foi natural

A suspensão do pagamento dos juros, pelo Brasil, às instituições oficiais foi considerada extremamente natural pelo ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, por ser consequência do descumprimento do acordo firmado em janeiro com o Clube de Paris. Funaro, que ontem esteve reunido com a bancada do PMDB na Câmara Municipal de São Paulo, comentou também a exigência do Clube, de só retomar as negociações com o Brasil após aval do Fundo Monetário Internacional, afirmando que não foram as instituições que integram o Clube de Paris que modificaram sua postura, mas sim o governo brasileiro, permitindo assim a imposição dessa norma.

Segundo Dílson Funaro, o acordo assinado em janeiro último estabelecia o refinanciamento dos débitos vencidos em 85, 86 e primeiro semestre deste ano, com prazo de seis anos para pagamento e três de carência. Além disso, previa a liberação de linhas de crédito durante o primeiro semestre de 87, para que o Brasil pudesse fazer frente aos compromissos de julho a dezembro. Como os créditos não foram liberados, afirmou o ex-ministro, "é natural que o governo tenha interrompido o pagamento dos juros, para reiniciar as discussões agora, na nova estratégia a ser posta em prática pelo ministro Bresser Pereira".

Dílson Funaro argumentou que a exigência do aval do FMI para a reabertura dos entendimentos com o Clube de Paris é reflexo da nova postura do governo brasileiro em relação aos credores externos. Ele disse que o Brasil foi responsável pela reformulação do entendimento dos credores sobre o problema do endividamento dos países em desenvolvimento e que deveria manter esta postura.

Salientou, no entanto, que embora os países desenvolvidos tenham uma nova visão do problema, reconhecendo que a responsabilidade é de ambas as partes, o FMI ainda mantém suas exigências quanto aos planos de ajustes por meio de medidas recessivas. "O Brasil está sofrendo as consequências de uma situação internacional adversa, criada por credores e devedores", afirmou Funaro. Acrescentou que, se ainda estivesse à frente do Ministério da Fazenda, o Brasil jamais aceitaria um acordo que permitisse o monitoramento do FMI.

O ex-ministro voltou a comentar a necessidade de o Brasil retomar seu crescimento econômico e defendeu a reposição das perdas salariais para garantir a manutenção do mercado interno. "Não podemos reduzir o mercado interno para aumentarmos as exportações", afirmou.